

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

**REQUERIMENTO Nº DE 2002
(Dos Srs. Wellington Dias e Walter Pinheiro)**

Solicita que sejam convidados o presidente e outros funcionários da Fundação IBGE para prestarem esclarecimentos sobre contratos celebrados entre o órgão e empresas privadas.

Senhor Presidente

Requeremos a V. Ex^a, com base no Regimento Interno, na forma do Art. 24, Inciso XIV, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convidar o Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sérgio Besserman Vianna; a Sra. Maria Vilma Sales Garcia, lotada na presidência do IBGE e integrante da Coordenação de Disseminação de Informações (CDDI); o servidor Valmir da Costa Calheiros, da Presidência do IBGE, lotado na Coordenação de Auditorias (CR/CAU); o técnico José Roberto Bueno Omai, lotado na Agência São Vicente, estado de São Paulo; o servidor do IBGE/RS Paulo Arletes Rios Barela, diretor do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística (ASSIBGE), para comparecerem à Câmara dos Deputados e, em audiência pública, prestarem esclarecimentos sobre a existência de irregularidades nas contratação de empresas do setor privado pelo IBGE.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme processos que tramitam na própria Fundação IBGE, de forma irregular, empresas privadas, caso da “Geograph Informática” e “Multspectral”, estariam comercializando setores censitários. Também estariam vendendo a Malha Municipal Digital do Brasil e o Mapa Série do Brasil. O comércio estaria sendo feito no Brasil e no exterior. Ou seja, informações de caráter si-

giloso e de interesse pátrio, estariam sendo colocados no mercado, com evidentes riscos à própria segurança nacional.

A imprensa denuncia também a não-existência de contratos entre o IBGE e empresas privadas que garantiriam esta atividade comercial. Por outro lado, o sindicato da categoria, o ASSIBGE, relata que diretores do IBGE estariam sonegando informações ou tentando ocultar a existência desses contratos.

Finalmente, cumpre esclarecer a participação do IBGE na realização do ENEM e PROVÃO. Estes dois concursos são realizados pela Fundação Cesgranrio, que é uma instituição privada, mas utiliza as instalações físicas e os recursos humanos do IBGE.

Considerando a gravidade das denúncias, e por elas atentarem contra o patrimônio público e a probidade administrativa, estamos propondo um debate nesta Casa para que os fatos sejam esclarecidos.

Sala das Comissões, maio de 2002

Dep. Wellington Dias (PT-PI)

Dep. Walter Pinheiro (PT-BA)